



**ACÓRDÃO Nº 656/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11682/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Responsável:** Nelson José Batista Lacerda (Ordenador de Despesa).
- 4- **Órgão:** Fundo de Previdência Municipal de Carauari.
- 5- **Exercício:** 2017.
- 6- **Advogado:** Amanda Gouveia Moura - OAB/AM nº 7.222, Fernanda Couto de Oliveira - OAB/AM nº 11.413, Elizabeth Cristina Vasconcelos de Menezes - OAB/AM nº 13.962, e Igor Amaud Ferreira - OAB/AM nº 10.428.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3645/2019-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Fundo de Previdência Municipal de Carauari. Exercício de 2017.

*Irregularidade. Alcance. Multa. Determinação. Recomendação. Notificação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Nelson José Batista Lacerda**, Diretor-presidente da Caruariprev, exercício 2017, nos termos do art. 22, III, da Lei Estadual n. 2.423/96;
- 10.2. **Considerar em Alcance** o **Sr. Nelson José Batista Lacerda** no valor total de **R\$ 4.398,00**, com fulcro nos incisos do art. 304 do Regimento Interno, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Fundo de Previdência Municipal de Carauari, pelas quantias de **R\$ 1.198,00**, referente ao pagamento de multas e juros (achado 2), e de **R\$ 3.200,00** referente a não comprovação de despesas (achado 3);



**ACÓRDÃO Nº 656/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**10.3. Aplicar Multa ao Sr. Nelson José Batista Lacerda** no valor de **R\$ 15.000,00**, nos termos do art. 54, II, da Lei Estadual n. 2.423/96 c/c art. 308, VI, do Regimento Interno, por todas as impropriedades apresentadas no corpo do Relatório-Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

**10.4. Determinar** ao CARAUARIPREV que:

**10.4.1.** Providencie a Lei para instituir um Quadro de Pessoal próprio, prezando por sua gestão administrativa e financeira descentralizada, conforme preconiza o Decreto-Lei 200/1967 e respeitando o art. 37, II, da CF/88 (achado 1);

**10.4.2.** Exerça a independência administrativa atribuída as Autarquias, em decorrência de sua natureza de administração descentralizada (achado 4);

**10.4.3.** Cumpra os artigos 38 e 40 da Lei 8.666/93 (achado 5);

**10.4.4.** Cobre o valor total de R\$ 74.900,64, referente às contribuições previdenciárias patronal e dos servidores não recolhidas no exercício 2017, com as devidas atualizações (achados 6 e 7);

**10.4.5.** Cobre os recolhimentos previdenciários não efetuados pela Câmara Municipal ao RPPS de Carauari, no valor total **R\$ 7.608,74**, com as devidas atualizações (achado 8);

**10.4.6.** Cobre os juros e correções dos valores recolhidos em atraso pela prefeitura, no exercício 2017, do auxílio-doença, no valor total de **R\$ 20.295,52** (achado 9);

**10.4.7.** Regularize sua situação do CRP, cumprindo os critérios e das exigências contidos no art. 5º da Portaria MPS nº 204/2008 e art. 27 e 28 da Portaria MPS nº 402/2008 (achado 10);

**10.4.8.** Assegure, de imediato, mecanismos de comunicação para que os segurados tenham pleno acesso às informações relativas à gestão do CARAUARIPREV, conforme disposto no art. 1º, VI, da Lei Federal nº 9.717/98; art. 12 da Portaria MPS nº 402/08; art. 2º, IV e VI, Lei Municipal nº 1124/2016 (achado 11);



**ACÓRDÃO Nº 656/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 10.4.9.** Procure regularizar as pendências do CARAUARIPERV a fim de propiciar o envio dos Demonstrativos Previdenciários ao Ministério da Previdência Social (achado 13);
- 10.4.10.** Tome providências para equacionar seu déficit atuarial (achado 14);
- 10.4.11.** Realize as compensações pertinentes nas folhas de pagamento dos servidores lesados (achados 15 e 16);
- 10.4.12.** Providencie o levantamento dos tempos de contribuição ao RGPS dos segurados aposentados pelo CARAUARIPREV a fim de realizar a compensação previdenciária disposta no art. 4º da Lei nº 9.769/99, art. 1º do Decreto nº 3.112/99 e arts. 1º e 2º da Portaria MPS nº 6.209/99; art. 41, VII, Lei Municipal nº 1124/2016 (achado 17);
- 10.4.13.** Promova um levantamento sobre os débitos da prefeitura para com o CARAUARIPREV a fim de autorizar o parcelamento junto à Câmara Municipal de Carauari, conforme arts. 1º, I, III e V, 2º, §1º, Lei Federal nº 9.717/98; arts. 5º-A e 8º, Portaria MPS nº 402/2008, art. 41, I e III da Lei Municipal nº 1124/2016 (achado 18);
- 10.5. Determinar** ao **CARAUARIPREV** que informe a esta Corte, no prazo de **30** (trinta) dias, as medidas que foram adotadas em decorrência das determinações 4, 5, 6, 8, 11, 12 e 13 acima, bem como que informe, no prazo de **90** (noventa) dias, as medidas que foram adotadas em decorrência das determinações 7, 9 e 10 acima;
- 10.6. Determinar** à **DICERP** que acompanhe os prazos acima estipulados, bem como que na próxima Comissão de Inspeção fiscalize o cumprimento do exposto no Relatório-Voto;
- 10.7. Recomendar** ao **Sr. Nelson José Batista Lacerda**, comprove, em eventuais futuras Prestações de Contas, que há conhecimento técnico na área ou que buscou capacitar-se, pela importância do assunto (achado 12);
- 10.8. Notificar** o **Sr. Nelson José Batista Lacerda**, acerca da decisão deste Tribunal, enviando-lhe cópia do Relatório-Voto e do Parecer exarado pelo Ministério Público, para tomar conhecimento do feito e adotar as providências que considerar necessárias, no prazo regimental, em cumprimento ao princípio do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, LV, da CF);



**ACÓRDÃO Nº 656/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 10.9. Notificar** o Fundo Municipal de Previdência Social de Carauari - CARAURIPREV, acerca da decisão deste Tribunal, enviando-lhe cópia do Relatório-Voto e do Parecer exarado pelo Ministério Público, para tomar conhecimento do feito e adotar as providências que considerar necessárias.
- 11- Ata:** 23ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- Data da Sessão:** 23 de Julho de 2019
- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.
- 14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral